PLANO DE GOVERNO 2027-2030: SANTA CATARINA EM PRIMEIRO LUGAR

Partido Renovação Democrática
Governador: Ralf Zimmer (PRD)
Vice-governador: Carlos Bordin (PRD)

Santa Catarina é um estado construído pelo trabalho. Em cada região, há famílias, empreendedores, trabalhadores, produtores rurais, pescadores, profissionais, estudantes e comunidades que fazem o Estado avançar todos os dias. Este Plano de Governo nasce com uma ideia simples: o Governo deve estar a serviço dessas pessoas.

Colocar Santa Catarina em primeiro lugar significa administrar com responsabilidade, proteger quem trabalha, enfrentar problemas antigos e preparar o Estado para o futuro. Significa também respeitar a autonomia dos municípios, ouvir as regiões e transformar planejamento em resultados concretos.

Nossa proposta para 2027-2030 combina eficiência administrativa, segurança, saúde, educação, infraestrutura, liberdade econômica, inovação, proteção social e resiliência climática. O objetivo não é aumentar o tamanho do Estado, mas aumentar sua capacidade de entregar aquilo que o cidadão precisa.

Este é um plano aberto ao diálogo e à participação.

1. VISÃO DE FUTURO

Santa Catarina em primeiro lugar significa construir um Estado que preserve suas conquistas e enfrente seus desafios sem acomodação. A visão para 2027-2030 é de um governo orientado por resultados, com metas claras, avaliação permanente e capacidade de execução.

O desenvolvimento deve alcançar todas as regiões: litoral, Vale do Itajaí, Norte, Oeste, Serra, Sul, Meio-Oeste e Grande Florianópolis.

O Governo Ralf Zimmer terá como princípios: responsabilidade com o dinheiro público; liberdade para empreender e produzir; segurança para as famílias; serviços públicos eficientes; valorização do trabalho; inovação; respeito ao meio ambiente; integração com os municípios; transparência e compromisso com resultados.

2. PRINCÍPIOS DE GOVERNO

2.1. Santa Catarina em primeiro lugar – decisões públicas orientadas pelo interesse dos catarinenses.

2.2. Dinheiro público respeitado – planejamento, controle, transparência e busca permanente por eficiência.

2.3. Governo que entrega – metas, indicadores, prazos e avaliação dos programas.

2.4. Liberdade para produzir – menos burocracia e mais segurança jurídica para quem trabalha e investe.

2.5. Segurança para viver – integração, inteligência, prevenção e valorização dos profissionais.

2.6. Saúde com resposta – redução de filas, regionalização e uso inteligente da capacidade disponível.

2.7. Educação para o futuro – conhecimento, tecnologia, formação profissional e preparação para o trabalho.

2.8. Estado parceiro dos municípios – planejamento regional e cooperação para acelerar soluções.

2.9. Desenvolvimento com responsabilidade ambiental – prevenção de riscos, saneamento e resiliência climática.

2.10. Transparência e integridade – governo aberto, controle e combate a desperdícios e irregularidades.

3. GESTÃO PÚBLICA E RESPONSABILIDADE FISCAL

Objetivo: Construir um Estado mais simples, eficiente, digital e orientado por resultados.

Propostas: Revisar estruturas administrativas e sobreposições de funções; estabelecer metas para órgãos e programas; ampliar a avaliação de desempenho institucional; digitalizar serviços; simplificar procedimentos; fortalecer mecanismos de controle interno; aprimorar compras públicas; ampliar transparência de contratos e despesas; e revisar gastos administrativos em busca de economia sem comprometer serviços essenciais.

Diretriz e execução: O Governo deverá publicar um painel de metas, com indicadores compreensíveis para a população. Cada grande programa terá objetivos,

responsáveis, cronograma e critérios de avaliação. A gestão pública deve deixar de ser medida apenas pelo quanto gasta e passar a ser avaliada pelo que entrega.

Compromisso: Responsabilidade fiscal, transparência e foco permanente na qualidade do gasto público.

4. GOVERNO DIGITAL E DESBUROCRATIZAÇÃO

Objetivo: Fazer o Estado funcionar de maneira mais rápida, simples e acessível.

Propostas: Adotar o modelo de Gestão 100% Transparente, disponibilizando em portal público o relatório de produtividade trimestral de todos os servidores e comissionados, a publicação da agenda diária, o banco de horas e a divulgação pública obrigatória dos dados/declarações financeiras dos ocupantes de cargos comissionados. Implementar a transmissão ao vivo de todas as reuniões do Colegiado de Governo.

Diretriz e execução: A tecnologia deverá servir para reduzir filas, deslocamentos e custos. Para empresas, a prioridade será reduzir o tempo gasto com burocracia. Para municípios, o Estado deverá ampliar apoio técnico e ferramentas compartilhadas.

Compromisso: Menos papel, menos espera e mais serviço público entregue.

5. SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA

Objetivo: Proteger as famílias catarinenses, combater o crime organizado e fortalecer a capacidade operacional das forças de segurança.

Propostas: Ampliar o uso de inteligência policial; integrar informações entre as forças; expandir videomonitoramento e leitura de placas conforme a legislação; modernizar equipamentos; recompor efetivos por concursos e gestão eficiente de pessoal; fortalecer ações nas fronteiras, portos e aeroportos; aprimorar investigação e prevenção; Criar o Aplicativo Gratuito de Consulta Pública para expor e dar transparência aos nomes dos condenados por violência contra a mulher.

Diretriz e execução: A segurança será tratada de forma integrada: Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica, Polícia Penal, Corpo de Bombeiros, inteligência e Defesa Civil deverão trabalhar com protocolos e tecnologia compartilhados. O sistema prisional deverá ampliar oportunidades de trabalho e ressocialização.

Compromisso: Presença do Estado, inteligência contra o crime e valorização de quem protege a população.

6. DEFESA CIVIL E RESILIÊNCIA CLIMÁTICA

Objetivo: Proteger vidas, reduzir perdas e preparar Santa Catarina para eventos climáticos extremos.

Propostas: Modernizar monitoramento hidrológico e meteorológico; ampliar sistemas de alerta; integrar dados de universidades e centros de pesquisa; fortalecer a Defesa Civil; criar mecanismos permanentes de financiamento para prevenção e reconstrução; apoiar municípios no mapeamento de áreas de risco; ampliar obras de drenagem, contenção, macrodrenagem e desassoreamento; e aperfeiçoar protocolos de resposta.

Diretriz e execução: Barragens e estruturas de contenção deverão contar com acompanhamento técnico, monitoramento e planos de emergência atualizados. Abrir edital de concorrência pública internacional para elaboração e execução do projeto definitivo de solução para as cheias do Rio Itajaí-Açu, abrangendo obras audaciosas de engenharia como a transposição ou desvio do curso do rio.

Compromisso: Santa Catarina preparada antes da emergência, não apenas depois dela.

7. SAÚDE: ATENDIMENTO MAIS RÁPIDO

Objetivo: Reduzir filas e ampliar o acesso à média e alta complexidade, aproximando o atendimento da população.

Propostas: Transformar a residência oficial no Hospital e Centro de Referência Estadual para Crianças, Mulheres e Idosos Vítimas de Queimaduras, integrando-o ao Hospital Infantil Joana de Gusmão e usando seu heliponto para resgates aéreos expeditos. Utilizar a infraestrutura das escolas públicas estaduais no contraturno para oferecer atividades físicas, terapêuticas e de saúde mental preventivas aos pais e às comunidades locais.

Diretriz e execução: Adotar uma visão holística e transversal da saúde pública, unindo educação e esporte na prevenção de doenças físicas e mentais para reduzir a sobrecarga hospitalar. Priorizar a máxima eficiência dos ativos estatais, revertendo o uso de imóveis de representação oficial em serviços essenciais de saúde para a população vulnerável.

Compromisso: Saúde eficiente, humana e mais perto de casa.

8. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Objetivo: Preparar crianças e jovens para a cidadania, para o ensino superior e para o mercado de trabalho.

Propostas: Ampliar progressivamente a educação em tempo integral; fortalecer leitura, escrita, matemática, lógica, ciências, inglês e competências digitais; expandir educação profissional e tecnológica conforme as vocações regionais; fortalecer programas de acesso ao ensino superior; melhorar infraestrutura escolar; reforçar segurança nas escolas; valorizar professores e gestores; e ampliar ações de permanência no ensino médio.

Diretriz e execução: A formação profissional deverá dialogar com empresas, cooperativas, universidades e instituições técnicas. A educação inclusiva será fortalecida com capacitação dos profissionais e apoio às estruturas especializadas.

Compromisso: Educação que abre portas e prepara para o futuro.

9. INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Objetivo: Eliminar gargalos que prejudicam a mobilidade das pessoas e o escoamento da produção.

Propostas: Assumir a duplicação da BR-282 como prioridade número um e obsessão de gestão, realizando concessão e/ou parceria público-privada por edital de concorrência nacional/internacional com pedágio como fonte compensatória de custeio. Integrar os modais de transporte criando a Secretaria de Logística, viabilizar a implantação da Ferrovia do Frango para ligação logística do Oeste aos portos; ampliar os aeroportos de Chapecó e Navegantes; e estruturar PPP para aquisição de aeronaves de carga de grande porte dedicadas ao escoamento de produtos perecíveis catarinenses.

Diretriz e execução: A infraestrutura será planejada com visão regional, considerando indústria, agropecuária, turismo, comércio, portos, mobilidade urbana e acesso a serviços.

Compromisso: Infraestrutura para aproximar pessoas, reduzir custos e aumentar competitividade.

10. PORTOS, FERROVIAS E LOGÍSTICA

Objetivo: Transformar a posição geográfica de Santa Catarina em vantagem

competitiva permanente.

Propostas: Fortalecer os portos catarinenses; apoiar dragagens e melhorias de acesso aquaviário; ampliar integração logística; acelerar estudos e projetos ferroviários; estimular terminais intermodais; melhorar acessos terrestres aos portos; fortalecer conexões aéreas regionais; e utilizar concessões e PPPs quando houver benefício comprovado.

Diretriz e execução: A estratégia logística deverá reduzir dependência de um único modal e aumentar eficiência no transporte de cargas. O setor privado será chamado a participar de projetos estruturantes, com regras claras, segurança jurídica e fiscalização pública.

Compromisso: Santa Catarina conectada ao Brasil e ao mundo.

11. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E LIBERDADE PARA EMPREENDER

Objetivo: Tornar Santa Catarina cada vez mais competitiva para empreendedores, trabalhadores e investidores.

Propostas: Simplificar abertura e fechamento de empresas; reduzir burocracia; ampliar crédito para micro e pequenos negócios; fortalecer instrumentos de apoio ao empreendedor; melhorar segurança jurídica; revisar exigências regulatórias desnecessárias; atrair investimentos produtivos; apoiar parques tecnológicos; fortalecer ciência, tecnologia e inovação; e aperfeiçoar incentivos econômicos com critérios transparentes.

Diretriz e execução: O Governo deverá atuar como facilitador. A política de desenvolvimento econômico deverá considerar as diferentes vocações regionais, apoiando indústria, comércio, serviços, tecnologia, turismo, agroindústria e economia do mar. Manter políticas de benefícios fiscais indispensáveis à competitividade, com transparência total dos valores e dos beneficiários no Portal da Transparência.

Compromisso: governo parceiro de quem trabalha, investe e gera emprego.

12. AGRICULTURA, AGROINDÚSTRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Objetivo: Fortalecer o campo, a agricultura familiar, a agroindústria e a competitividade do produtor catarinense.

Propostas: Ampliar qualificação profissional; estimular tecnologia no campo; melhorar conectividade rural; apoiar infraestrutura de estradas produtivas; fortalecer segurança hídrica; incentivar energia e soluções sustentáveis; ampliar acesso a crédito; apoiar agregação de valor e profissionalização das produções familiares; estimular aproveitamento de resíduos e dejetos; e fortalecer assistência técnica.

Diretriz e execução: O produtor rural precisa de infraestrutura, crédito, tecnologia, segurança sanitária e acesso a mercados. A sucessão familiar e a permanência dos jovens no campo também deverão ser estimuladas.

Compromisso: Campo forte, produção competitiva e renda no interior.

13. PESCA E ECONOMIA DO MAR

Objetivo: Transformar a vocação marítima catarinense em desenvolvimento, emprego e renda.

Propostas: Valorizar a pesca artesanal; apoiar associações e cooperativas; facilitar acesso a crédito e tecnologia; modernizar estruturas pesqueiras; estimular a maricultura; fortalecer pesquisa aplicada; melhorar informações meteorológicas e oceanográficas para a navegação; apoiar processamento e agregação de valor; e ampliar a integração entre pesca, turismo, portos e economia do mar.

Diretriz e execução: Santa Catarina possui uma relação histórica com o mar. A sustentabilidade será condição para o crescimento de longo prazo da pesca e da maricultura.

Compromisso: Valorizar quem vive do mar e ampliar as oportunidades da economia azul catarinense.

14. SANEAMENTO, ÁGUA E MEIO AMBIENTE

Objetivo: Ampliar investimentos em saneamento e conciliar proteção ambiental com desenvolvimento.

Propostas: Apoiar a regionalização do saneamento; ampliar capacidade técnica e financeira dos municípios; estimular concessões e PPPs quando adequadas; acelerar investimentos em água, esgoto e resíduos; melhorar drenagem e gestão de águas urbanas; simplificar processos ambientais sem reduzir proteção; definir competências com clareza; ampliar segurança jurídica; e incentivar energia renovável e eficiência energética.

Diretriz e execução: A universalização do saneamento exige planejamento regional, escala, investimentos e capacidade de execução. O licenciamento deverá ser mais previsível e eficiente, preservando critérios técnicos e ambientais.

Compromisso: água de qualidade, saneamento e desenvolvimento responsável.

15. HABITAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL

Objetivo: Apoiar famílias em situação de vulnerabilidade e ampliar caminhos para autonomia.

Propostas: Enfrentar a questão das pessoas em situação de rua sem populismo ou soluções simplistas: realizar o cadastramento e mapeamento individualizado completo de perfis; disponibilizar equipes multidisciplinares (psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais e enfermeiros); apoiar o retorno voluntário aos municípios de origem; e aplicar a internação compulsória estritamente nos casos autorizados pela Justiça em ações individuais e fundamentadas.

Diretriz e execução: A política social deve combinar proteção imediata com oportunidades de reconstrução de trajetórias. Na habitação, serão priorizadas soluções que combinem segurança, infraestrutura urbana, localização adequada e capacidade de pagamento das famílias.

Compromisso: Proteção social com dignidade, autonomia e oportunidade.

16. MULHER, FAMÍLIA, JUVENTUDE E INCLUSÃO

Objetivo: Fortalecer políticas de proteção, prevenção e oportunidades.

Propostas: Ampliar a proteção e o atendimento às mulheres vítimas de violência; fortalecer redes de prevenção; ampliar ações de formação e emprego para jovens; apoiar esporte, cultura e educação como instrumentos de inclusão; fortalecer políticas para pessoas com deficiência; qualificar serviços de educação inclusiva; e promover ações integradas de cidadania.

Diretriz e execução: A família, em suas diferentes realidades, deve encontrar no Estado serviços públicos capazes de apoiar educação, saúde, segurança e oportunidades. Para a juventude, a prioridade será transformar talento em oportunidade.

Compromisso: Proteger, incluir e criar oportunidades para cada geração.

17. TURISMO: SC 365 DIAS

Objetivo: Reduzir a sazonalidade e transformar Santa Catarina em destino turístico durante todo o ano.

Propostas: Descentralizar eventos e turnês de artistas para os municípios do interior do Estado. Criar e implementar os Jogos Abertos de Inverno Catarinense e Brasileiro; inserir o Aberto de Santa Catarina no calendário mundial de Tênis em sedes itinerantes no interior; e descentralizar competições de skate por todas as regiões do Estado. Regular a distribuição de verbas estaduais de comunicação/imprensa por meio de lei com critérios objetivos de audiência, visibilidade e proporcionalidade.

Diretriz e execução: O litoral não será o único protagonista. Serra, Vale, Oeste, Meio-Oeste e Sul possuem produtos turísticos próprios que podem gerar renda durante todo o ano.

Compromisso: Mais turistas, mais tempo de permanência e mais renda circulando nas regiões.

18. CULTURA, ESPORTE E ECONOMIA CRIATIVA

Objetivo: Ampliar oportunidades de participação cultural e esportiva e fortalecer talentos catarinenses.

Propostas: Aperfeiçoar mecanismos de incentivo à cultura; apoiar novos talentos; fortalecer patrimônio e identidade regional; ampliar esporte de base; apoiar atletas de rendimento; fortalecer paradesporto; revitalizar espaços públicos; e estimular a economia criativa.

Diretriz e execução: Cultura e esporte são políticas de desenvolvimento humano, prevenção, inclusão e geração de oportunidades. Parcerias com municípios, organizações e iniciativa privada poderão ampliar o alcance das ações sem substituir a responsabilidade pública.

Compromisso: Talento catarinense valorizado e oportunidades espalhadas por todas as regiões.

19. TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E CIÊNCIA

Objetivo: Posicionar Santa Catarina na fronteira da inovação e usar tecnologia para melhorar serviços e produtividade.

Propostas: Fortalecer ambientes de inovação; apoiar parques tecnológicos; aproximar universidades e empresas; ampliar formação tecnológica; estimular inteligência artificial e ciência de dados no setor público; criar ambientes para testes de soluções inovadoras; apoiar atração de investimentos em tecnologia e *data centers*; e ampliar conectividade.

Diretriz e execução: O Governo será usuário e indutor de tecnologia. A inovação também deverá chegar ao campo, à indústria, à saúde, à educação, à segurança e aos pequenos negócios.

Compromisso: Transformar conhecimento em produtividade, empregos e melhores serviços públicos.

20. MUNICIPALISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Objetivo: Fazer do Governo do Estado um parceiro efetivo dos 295 municípios catarinenses.

Propostas: Fortalecer convênios e transferências com critérios transparentes; ampliar apoio técnico; planejar investimentos por regiões; utilizar consórcios públicos quando forem mais eficientes; integrar planos estaduais e municipais; realizar agendas regionais permanentes; e criar mecanismos de acompanhamento de obras e programas.

Diretriz e execução: O município é onde o cidadão encontra a maioria dos serviços públicos. As decisões de investimento deverão considerar indicadores, população, necessidades de infraestrutura, vocações econômicas e capacidade de execução.

Compromisso: Um Estado presente nas regiões e parceiro de cada município.

21. PLANEJAMENTO TERRITORIAL E EQUILÍBRIO REGIONAL

Objetivo: Reduzir desigualdades regionais e orientar investimentos públicos de acordo com as características e necessidades de cada território.

Propostas: Criar uma carteira estadual de projetos prioritários organizada por regiões; utilizar indicadores socioeconômicos, demográficos, logísticos e ambientais para orientar investimentos; fortalecer a integração com associações de municípios e consórcios públicos; apoiar projetos que conectem infraestrutura e desenvolvimento econômico; e acompanhar regionalmente a execução das políticas públicas.

Diretriz e execução: O planejamento estadual deverá reconhecer que Santa

Catarina não é homogênea. A descentralização das decisões não significa fragmentar o Estado.

Compromisso: Nenhum catarinense será tratado como cidadão de segunda classe por viver em uma determinada região.

22. METAS E GOVERNANÇA 2027-2030

O Plano de Governo será transformado em uma agenda de execução. As metas serão detalhadas no início da gestão a partir de diagnóstico técnico atualizado, orçamento disponível, legislação e pactuação com os órgãos responsáveis.

Mecanismos de governança: Painel público de metas; avaliação periódica de programas; reuniões de acompanhamento; indicadores por secretaria; carteira de projetos prioritários; avaliação de impacto; transparência de contratos e investimentos; e revisão anual das prioridades.

Prioridades transversais para o ciclo: Reduzir burocracia; acelerar investimentos; melhorar segurança; reduzir filas de saúde; ampliar educação integral e profissional; fortalecer infraestrutura; apoiar municípios; ampliar conectividade; melhorar prevenção de desastres; e aumentar competitividade econômica. O princípio será simples: promessa precisa virar planejamento; planejamento precisa virar execução; execução precisa gerar resultado; e resultado precisa ser medido e apresentado à sociedade.

COMPROMISSOS FINAIS

Santa Catarina em primeiro lugar não é apenas um slogan. É uma forma de governar. É colocar o cidadão no centro das decisões. É respeitar o dinheiro público. É valorizar quem trabalha. É proteger as famílias. É apoiar quem produz. É dar oportunidade aos jovens. É cuidar de quem precisa. É preparar o Estado para os desafios climáticos, econômicos e tecnológicos.

O Governo Ralf Zimmer será construído com diálogo, planejamento e responsabilidade. As propostas deste documento deverão ser acompanhadas de metas, indicadores e mecanismos de transparência para que a população possa cobrar, acompanhar e avaliar os resultados.

Nosso compromisso é governar para todos os catarinenses, respeitando as

diferenças entre as regiões e trabalhando para que o desenvolvimento chegue a cada comunidade.